

## DISTOPIA, ESTRANHAMENTO E A DEFORMAÇÃO DO INDIVÍDUO: REFLEXÕES A PARTIR DE LUKÁCS

*Vilson Aparecido da Mata<sup>1</sup>  
Leonardo Coutinho<sup>2</sup>*

**Resumo:** O texto aqui apresentado representa um esforço de compreensão da literatura distópica a partir de um viés marxiano e lukaciano. A partir da obra *1984*, de George Orwell, procura-se analisar os elementos relativos ao estranhamento a partir das constatações de Marx e das reflexões de Lukács a respeito da literatura. O estranhamento é uma categoria central para o pensamento marxiano e, mesmo, para a melhor compreensão de Lukács. Assim, este texto procura revisar os pontos centrais do romance como literatura essencialmente burguesa, mas, fundamentalmente, apontar que o tipo de texto que se caracteriza como distópico pode se apresentar como uma denúncia da decadência ideológica. Neste caso, a partir do momento em que a burguesia, assumindo o controle econômico e político da sociedade, recua em seus propósitos revolucionários, passa a um posicionamento conservador da ordem social. Essa posição conservadora reflete-se, de maneira importante, na produção ideológica, que passa a ser justificadora e naturalizadora da ordem social capitalista burguesa. A negação da

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Docente do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

distopia se apresenta precisamente nos marcos do aprofundamento do estranhamento que a decadência ideológica provoca. Ao levar a um limite extremo as consequências do estranhamento, Orwell (2015) expõe as contradições não só do Stalinismo, objeto direto da crítica do livro que foi aqui tomado como base, mas também do objeto indireto de sua crítica, que é a própria sociedade baseada na contradição entre capital e trabalho.

**Palavras Chave:** Distopia – Literatura – Decadência Ideológica – Estranhamento

### **Dystopia, Strangeness and the Deformity of the individual: reflections based on Lukács**

**Abstract:** The text presented here represents an effort to comprehend the dystopian literature from a marxist and lukacist bias. From the 1984 work, by George Orwell, it is intended to analyse the elements related to the strangeness from Marx's findings and Lukács reflections about literature. The strangeness is a key category to the marxist thought, and, also, to a best comprehension of Lukács. Therefore, this text aims to review the key points of the romance, essentially as bourgeois literature, but, fundamentally, points out that the kind of text which is characterized as distopian can be presented as a denunciation of the ideological decadence. In this case, from the moment the bourgeois, assuming the economical and political control of society, retreats its own revolutionary purposes, has a conservative position of the social order. This conservative position is reflected, in an importante way, in the ideological production, that justifies and naturalizes the bourgeois capitalist social order. The dystopian denial is precisely presented in the landmarks of the strangeness deepening caused by the ideological decadence. Taking strangeness to the extreme, Orwell (2015) exposes not only the

contradictions of the Stalinism, direct object of the book review which has been taken as foundation, but also as indirect object of its criticism, which is the society itself based on the contradiction between capital and work.

**Key words:** Dystopia – Literature – Decadence Ideological – Strangeness

## Introdução

Entre as questões prementes de nossa época, o tema da liberdade individual e dos limites impostos ao livre expressar-se se destacam. Embora definida como a sociedade da liberdade, da democracia e da iniciativa pessoal, na verdade os limites para o indivíduo se colocam como obstáculos à formação humana. As desigualdades sociais não foram superadas e, com a base produtiva capitalista, nem as liberdades individuais foram garantidas. A sociedade existente é uma clausura, ideologicamente policiada e a vida dos indivíduos constantemente “escaneada”. Não só pelas câmeras de vigilância espalhadas por todos os cantos das cidades, mas também por um constante vigiar daquilo que os indivíduos fazem, como pensam, o que expressam e do modo como se posicionam politicamente.

As ações individuais, aparentemente caóticas e imprevisíveis, são controladas em níveis alarmantes quando se observa que as redes sociais, a telefonia móvel, os aplicativos de comunicação entre as pessoas, a conexão diuturna com a internet, entre outros elementos, torna a vida de cada indivíduo rastreável, porque as pegadas digitais estão por todas as partes. Esse nível de vigilância assemelha-se ao que foi exposto por George Orwell (2015), em seu *1984*. Até mesmo o dispositivo chamado de “Teletela” e a “Polícia das ideias” (que compõem o cenário no qual o “Grande Irmão”<sup>3</sup>, figura temida e amada, governa com austera disciplina), encontram seus

---

<sup>3</sup> *Big Brother* no original, ganhou a tradução de “grande irmão”. Contudo, a expressão coloquial *big brother* faz referência, em geral, ao “irmão mais velho”. A tradução “grande irmão”, no entanto, parece muito adequada ao papel desempenhado por esta personagem no romance de Orwell.

semelhantes nas televisões presentes na quase totalidade das residências e na crescente e perigosa tendência de censurar ideias e pensamentos divergentes.

A obra de arte é uma expressão de seu tempo e, por isso, a partir dela é possível desvelar aspectos da realidade transbordantes pela subjetividade do artista. No caso da literatura, há ainda outra questão a ser ressaltada: qualquer que seja a história a ser contada, ela demanda um contexto, um mundo no qual os indivíduos vivam, amem, sofram, trabalhem, tenham prazer, riem, chorem, morram ou matem. Enfim, há um mundo socialmente consistente, caso contrário, não pode haver um texto literário.

Por óbvio, o mesmo pode se afirmar em relação às personagens do texto literário. É preciso que possuam caracteres plausíveis a fim de que seus dramas, comédias e tragédias façam sentido para o leitor. Embora retrate, no mais das vezes, a especificidade da vida de um indivíduo, o texto literário moderno não pode prescindir de um universo no qual tal indivíduo precisa mover-se, universo este necessariamente social e historicamente determinado.

Essas constatações levam à reflexão sobre como o aprofundamento do estranhamento leva os indivíduos a não se reconhecerem no produto do seu trabalho, em seu processo produtivo, em relação à natureza e em relação aos demais indivíduos. A categoria estranhamento é central para a melhor compreensão das questões que limitam a liberdade. Ao aprofundar o distanciamento do indivíduo em relação àquilo que humaniza e civiliza, o estranhamento tem consequências nefastas para a formação humana. Na verdade, em uma sociedade cuja base produtiva está fundada na exploração do mais valor, o estranhamento se apresenta como a própria essência da formação humana, tornando os indivíduos apolíticos, antissociais e solitários.

O texto distópico de Orwell é, inegavelmente, um clássico do século XX. As condições do aprisionamento social da personagem central, as engrenagens de um Estado autoritário e as reflexões sobre a condição

humana são elementos que captam a atenção do leitor e que se mostram férteis para uma análise que leve em conta que a arte (nesse caso, a literatura) é construída a partir da base material das relações materiais que definem a produção e reprodução da vida em um dado momento da história, portanto, a arte é parte da esfera ideológica de uma dada sociedade.

O aparato de difusão ideológica tem papel decisivo em todas as sociedades. Como processo de produção de significados, sentidos e valores da vida social, particularmente característicos de uma determinada classe social, a ideologia é um conjunto de ideias que contribuem para legitimar um poder dominante. Porém, ela não é somente uma expressão de uma certa visão de mundo, pois só pode existir na medida em que conta com um suporte empírico (EAGLETON, 1997).

Isso significa dizer que, embora se constitua como um conjunto de ideias que justificam um certo estado de coisas ou que a esse estado de coisas se oponha, a ideologia funda-se em proposições práticas, ou, dizendo de outro modo, a ideologia não pode prescindir de um fundamento material (EAGLETON, 1997). Esse é um ponto fundamental para ser compreendido quando se trata, neste texto, da questão da decadência ideológica da burguesia e de sua expressão na literatura (LUKÁCS, 2016). A naturalização e justificação da ordem social burguesa passa pelo convencimento sempre renovado de que a sociedade não pode ser diferente do que é, ou que as soluções para os problemas sociais só podem ser efetivados quando os inimigos da democracia forem derrotados.

Estranhamento e ideologia são pontos fundamentais para a compreensão da importância dos textos distópicos. Por um lado, a distopia leva ao extremo as consequências dos fundamentos da sociedade existente; por outro, é uma denúncia daquilo que se defende ideologicamente como sendo a própria essência da sociedade existente. De certo modo, a distopia é a negação da sociedade existente pela projeção de suas contradições até o limite mais extremo.

Para este texto, realiza-se um esforço de análise a respeito de um texto distópico, *1984*, de George Orwell (2015). Na primeira parte, trata-se de entender como, na distopia, a formação do indivíduo se consubstancia como uma deformação. A vigilância incessante, a disciplina ascética, as proibições e a violência concretizam uma sociedade totalitária na qual a única felicidade possível está na fidelidade e obediência incondicional aos ditames do sistema social. Na segunda parte do texto se expõe as importantes análises, com base no Materialismo Histórico e Dialético, sobre a literatura e, particularmente, sobre como o estranhamento é um dos elementos centrais para se entender a distopia como crítica da sociedade existente a partir do seu caráter desumano. A terceira parte faz reflexões sobre as relações entre a literatura (particularmente a distopia), a decadência ideológica conforme a exposição de Lukács (2016) e o estranhamento, pontuando a divisão do trabalho e a criação, na sociedade burguesa, do especialista intelectual (do ideólogo) como elementos fundamentais para o aprofundamento do estranhamento. Através da divisão do trabalho capitalista, a consciência é deformada, porque especializada e reduzida a um deserto sensorial, a uma cisão entre a vida política (coletiva) e a vida individual. Por fim, o texto traz um esforço de reflexão sobre uma abordagem marxiana do texto distópico.

### ***Primeira parte: sobre a Distopia e a Deformação do Indivíduo***

O livro *1984* é um romance distópico escrito por George Orwell, pseudônimo do escritor inglês Eric Arthur Blair, no ano de 1948 e publicado em 1949, meses antes de sua morte. A história se passa numa Londres futurista, em um mundo fraturado pelas disputas territoriais e políticas, em interminável conflito bélico com as liberdades individuais tolhidas em nome da defesa nacional. O livro retrata uma sociedade totalitária na qual a vigilância é um elemento onipresente. O Estado é um poder que esmaga as

individualidades, impondo uma vida coletiva na produção, mas solitária e ascética para os indivíduos.

Orwell (2015) concebe esta obra como uma crítica aos regimes totalitários na primeira metade do século XX. Em particular, o objeto direto dessa crítica é a União Soviética sob o comando do secretário geral do Partido Comunista, Joseph Stálin. Entretanto, o texto encaminha uma ampla crítica também a objetos indiretos, como, por exemplo, as sociedades altamente vigiadas do ocidente capitalista, nas quais o aprofundamento do estranhamento leva a um tipo de produção coletiva que explora o mais valor e aniquila o indivíduo em uma falsa liberdade.

O livro possui 24 capítulos e é dividido em três partes: na primeira, o autor contextualiza o leitor acerca das características dessa sociedade futurista, que é a determinidade na qual se movem as personagens; a segunda apresenta as aventuras do personagem principal em sua subversiva atividade romântica e intelectual; a terceira parte retrata os porões da violenta sociedade distópica, a partir do processo de reabilitação do protagonista.

Cada uma das partes do texto representa o indivíduo singular, personagem principal do livro, Winston Smith, movendo-se e sendo determinado pela estrutura societária do mundo distópico. Embora indivíduo singular, seus movimentos, amores, reflexões, dúvidas e sofrimentos só se tornam possíveis no contexto mais amplo de uma sociedade na qual as liberdades individuais foram abolidas. O indivíduo, na sociedade distópica imaginada por Orwell (2015), é solitário, apolítico, estranhado dos demais indivíduos, e, por isso mesmo, determinado pelas instâncias de um Estado totalitário. Assim, a singularidade do protagonista é permeada pela universalidade de relações sociais apresentadas como decadentes, pois tais relações pressupõem a naturalização e a permanência da sociedade.

Como funcionário burocrata do Estado, a função ideológica da personagem principal é vasculhar os periódicos, livros de história, informativos, etc. no intuito de apagar e falsear a história a fim de que ela

coincida com os interesses do partido. A atividade desse tipo de burocrata oficial é reveladora: “Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado. Desse modo era possível comprovar com evidências documentais que todas as previsões feitas pelo partido haviam sido acertadas” (ORWELL, 2015, p. 54).

Ao “apagar” as referências, notícias, obras e publicações que não coincidem com os interesses do partido, refuta-se, pela burocracia do Estado, a contradição, promovendo o policiamento intenso daquilo que é pensado e praticado no âmbito individual. Exemplo disso são as “Teletelas”, a “Polícia das ideias” e o “Grande Irmão”. Em relação às “Teletelas” e à “Polícia das ideias”, são órgãos estatais responsáveis por investigar e capturar supostos inimigos políticos do partido que domina a estrutura do Estado. As “Teletelas” são, na descrição de Orwell, uma espécie de “placa oblonga de metal semelhante a um espelho fosco” (2015, p. 12). Elas são mecanismos de controle social utilizado pelo partido: espalhadas por todo o ambiente da sociedade distópica, transmitem, aos indivíduos, importantes informações oficiais, produzidas pelo trabalho de realinhar a história, bem como monitoram as atividades das pessoas, até mesmo em seu ambiente privado, inibindo atos contrários à ideologia oficial.

As informações transmitidas pelas “Teletelas” são enviadas à “Polícia das Ideias”, órgão incumbido de buscar, capturar e manter cativos os inimigos políticos do partido governante. A “Polícia das Ideias” é uma instituição poderosa e aterrorizante. O indivíduo capturado por ela será, possivelmente, condenado à morte ou a anos de cárcere. Com isso, as “Teletelas” e a “Polícia das Ideias” tornam-se elementos de controle do pensamento: “Você era obrigado a viver – e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto – acreditando que todo som que fizesse seria ouvido e, se a escuridão não fosse completa, todo movimento examinado meticulosamente” (ORWELL, 2015, p. 13).



O “Grande Irmão”, figura onipresente na sociedade distópica de Orwell por conta da existência das “Teletelas” e da “Polícia das Ideias”, é a encarnação da repressão mais completa e penetrante. O “Grande Irmão” tudo vê e tudo sabe, qualquer atitude mal pensada, qualquer pensamento mal articulado ou comportamento inadequado, são passíveis de punição, de reabilitação e de perseguição por parte das instâncias repressivas do Estado. Além disso, o “Grande Irmão” é o portador da verdade final em relação a todos os assuntos, sejam eles de interesse social ou individual. Essa figura todo poderosa e constantemente presente não pode ser questionada, pois sua voz é a voz do partido. Não pode haver dúvidas em relação ao “Grande Irmão”, cada indivíduo deve amá-lo, pois ele representa a mais elevada perfeição da sociedade toda.

Evidentemente, a obediência às determinações da voz oficial do partido deve ser imediata, instintiva e rotineira. Ao amar o “Grande Irmão”, deve-se, logicamente, odiar os inimigos dele. As manifestações de ódio e de violência incontida contra os inimigos da sociedade na distopia de Orwell (2015) são apresentadas em rituais sociais, dos quais todos participam compulsoriamente. Entre esses rituais, um dos mais impressionantes é o “Dois Minutos de Ódio”. Nele, a multidão, diante de uma “Teletela”, grita insultos, roga pragas, desdenha e brada contra os inimigos do partido. Nas palavras do escritor inglês:

O mais horrível dos Dois Minutos de Ódio não era o fato de a pessoa ser obrigada a desempenhar um papel, mas de ser impossível manter-se à margem. Depois de trinta segundos, já não era preciso fingir. Um êxtase horrendo de medo e sentimento de vingança, um desejo de matar, de torturar, de afundar rostos com uma marreta, parecia circular pela plateia inteira como uma corrente elétrica, transformando as pessoas, mesmo contra sua vontade, em malucos a berrar, rostos deformados pela fúria (ORWELL, 2009, p. 25).

Trata-se de um quase religioso ritual de êxtase coletivo, no qual a multidão insulta e exterioriza instintos violentos direcionados a elementos

que, por alguma razão, constituem-se como ameaça ao Estado. O indivíduo solitário se encontra com seu ser social na multidão que, tanto quanto ele, exterioriza seu medo, seu sentimento de vingança, sua repressão. Mas esse reconhecimento do ser social em meio à multidão é obstruído pelo fato de que cada indivíduo é vigiado no ritual, portanto, deve expressar o máximo desprezo e o ódio mais intenso aos inimigos do partido, pois qualquer expressão de dúvida ou simpatia, pode ser suficiente para que outros indivíduos relatem essa traição. Ao mesmo tempo em que o êxtase da multidão dá sentido à existência individual, constitui-se como ameaça.

Há também, no universo ficcional de Orwell, a “Novafala”, um idioma criado pelo partido para se tornar, paulatinamente, o idioma oficial da Oceania (a Londres futurista). Com a “Novafala”, palavras indesejadas seriam abolidas e somente as expressões aceitas pelo partido permaneceriam, significando aquilo que se considerasse que deveriam significar: “Você não vê que a verdadeira finalidade da Novafala é estreitar o âmbito do pensamento? No fim teremos tornado o pensamento-crime literalmente impossível, já que não haverá palavras para expressá-lo” (ORWELL, 2015, p. 68-69).

O controle do pensamento é um elemento absolutamente indispensável ao controle social na distopia. Os “Dois minutos de Ódio” tomam o lugar do ritual religioso ao expressar o mais profundo e sonoro asco por tudo aquilo que nega a ordem existente. Já a “Novafala” reordena a própria linguagem, abolindo as palavras, expressões, significados e sentidos que não são considerados adequados. É a própria expressão do domínio ideológico exercido pelo grupo que detém o poder material. O resultado é o controle da própria memória, é a história contada a partir do viés ideológico da manutenção e naturalização da ordem social existente.

Como base material dessa reordenação ideológica, está o controle absoluto dos corpos dos indivíduos, submetidos a uma vida austera, destituída de todo e qualquer tipo de prazer, seja físico ou do espírito. A sociedade imaginada por Orwell (2015) não permite atividades culturais que

não sejam adequadas aos princípios do partido, bem como não permite a relação sexual que não seja com finalidades reprodutivas. A subversão do personagem principal reside em seu romance (prazeroso física e espiritualmente) com uma jovem operária. Físico por fruir, longe das “Teletelas”, de prazeres sexuais não permitidos pelo regime oficial; prazer do espírito por debater e discutir, com ela, sobre as contradições existentes, que constantemente são apagadas da história ou falseadas pelo controle oficial.

A violência da sociedade distópica de Orwell (2015) se apresenta nua e crua a partir do momento em que o personagem principal é flagrado em suas atividades subversivas. A prisão representa o mais avançado e cruel instrumento de controle dos indivíduos que se desviam da trilha oficial. A tortura não é somente uma questão de dor física, mas de reorganização do pensamento do indivíduo torturado. Embora a violência seja dirigida ao corpo, o objetivo é dobrar o espírito. É preciso admitir, antes de pagar por suas subversões, que o partido pode mudar o passado, que as memórias, o idioma, a história, só são verdadeiras se passarem pelo crivo da oficialidade.

Como obra literária mundialmente conhecida e muito difundida, *1984* é capaz de nos fazer pensar sobre as condições extremas de um Estado totalitário, mas também sobre as contradições de uma sociedade vigiada, sobre a discussão a respeito do poder e sua conservação, sobre a manipulação da verdade a fim de atender a interesses de grupos dominantes politicamente, sobre a ignorância como instrumento de dominação, sobre a violência (explícita na tortura ou implícita na anulação da liberdade) e o autoritarismo como formas de controle social. Se o “Grande Irmão” é uma figura central inspirada em ditadores históricos, deve-se levar em consideração que há muitos grandes irmãos a vigiar e determinar as ações dos indivíduos na sociedade contemporânea (a mídia, a escola, a religião, etc.). Em certa medida, o estranhamento é um desses grandes irmãos, pois encaminha um modo de vida diminuído, limitado e que torna o indivíduo submisso a um controle superior e externo. Sobre essa questão, trataremos no tópico seguinte.

## ***Segunda parte: sobre Literatura e Materialismo Histórico e Dialético***

Há um desafio incontornável quando se procura analisar uma obra literária a partir do Materialismo Histórico e Dialético: trata-se do fato de não existir, em Marx e Engels, um tratamento sistemático e exaustivo a respeito da arte. Porém, essa constatação não exclui outra: a de que exista, nos pensadores alemães, uma sistematicidade conceitual quando abordam a questão (em especial, a literatura). “Só devemos nos entender, preliminarmente, sobre o caráter desta sistematicidade, que resulta das concepções filosóficas de Marx e Engels” (LUKÁCS, 2012, p. 11).

A análise da obra de arte e, aqui, da literatura distópica, a partir de uma perspectiva diferente das concepções burguesas, deve considerar que o ponto de vista marxiano não se desliga da história. Isso implica considerar, em toda análise, que as condições objetivas e materiais das relações sociais são decisivas para compreender a literatura. É essa a materialidade que constitui o processo humano de construir o mundo e, nisso, humanizar-se. Somente a partir deste entendimento é que se pode proceder a análise de um campo específico do conhecimento (LUKÁCS, 2012).

A dialética é o modo pelo qual o movimento do objeto é apreendido em movimento. Os diferentes momentos históricos são fotogramas paralisados no tempo quando analisados a partir das concepções mecanicistas. Para a dialética materialista, importa captar tais momentos em seu movimento, em suas contradições, em seu processo de transformação. É nesse contexto, então, que a literatura deve ser analisada como parte do processo histórico geral da sociedade (LUKÁCS, 2012). A obra literária tem, por isso, um impacto social, um valor estético que só pode ser evidenciado quando a essência é revelada como constituindo uma totalidade. Na formulação de Lukács:

Os princípios mais gerais da estética e da história marxista da literatura encontram-se, pois, na teoria do materialismo

histórico. Só a partir do materialismo histórico podem ser compreendidas a gênese da arte e da literatura, as leis do seu desenvolvimento, as suas transformações, as linhas de ascensão e queda no interior do processo de conjunto (LUKÁCS, 2012, p. 13).

Pensar a obra literária a partir das concepções filosóficas de Marx e Engels e, no caso deste texto, a distopia, requer uma necessária retomada de um dos fatores decisivos para a constituição do indivíduo burguês, qual seja, o estranhamento. O elemento objetivo mais evidente e fundamental para a existência da civilização humana é a existência de indivíduos humanos vivos, capazes de produzir materialmente os itens indispensáveis à existência (MARX e ENGELS, 2007). Tal condição constitui a própria materialidade da existência humana, bem como uma determinidade histórica. Mas essa materialidade só pode ser efetiva como a atividade de muitos indivíduos, combinadas de modo a suprir carências sociais. Aqui há um elemento decisivo: ao mesmo tempo em que é distinto de todos os demais, o indivíduo é socialmente referenciado. Não pode existir isoladamente mas possui autonomia em suas relações.

Isso significa que a singularidade das ações do indivíduo, suas aptidões, potenciais e limites, só podem existir em um contexto no qual esse indivíduo seja integrante de uma sociedade em particular em um momento histórico específico, que indica um certo desenvolvimento das forças produtivas. A autonomia do indivíduo precisa ter como ponto de partida a internalização do acúmulo histórico das gerações anteriores. Só assim se pode pensar a si mesmo como diferente dos demais. É socialmente que qualquer vindicação do indivíduo pode constituir-se e fazer sentido. Nas palavras de Marx:

A atividade e a fruição, assim como seu conteúdo, são também os *modos de existência* segundo a atividade *social* e a fruição *social*. A essência *humana* da natureza está, em primeiro lugar, para o homem *social*, pois é primeiro aqui que ela existe para ele e na condição de *elo* com o *homem*, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ele existe como *fundamento* da sua própria

existência *humana*, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana (MARX, 2009, p. 106. Grifos do autor).

A base social da vida não inviabiliza, portanto, a autonomia do indivíduo, mas, ao contrário, dá a ela seu próprio conteúdo. É o que Lukács (2012) chama de autonomia relativa, que se expressa de modo muito emblemático na arte (para nós, aqui, a literatura). A articulação entre o individual e o social está expressa em todas as instâncias da vida, mas a arte, como criação espiritual, é capaz de apreender os elementos mais distintos da subjetividade a partir da sua base material, afirmando-a ou negando-a. Nesse sentido, a arte é a própria objetivação da humanidade presente em cada indivíduo e é a marca de um indivíduo na história como ser genérico.

A questão do estranhamento é uma chave importante para a compreensão da literatura em geral e, em particular, a distopia. Se a base material é um elemento fundante, ela deve ser considerada em suas diferentes expressões e em suas especificidades históricas. No caso da literatura na sociedade burguesa, a divisão capitalista do trabalho é essencial, pois é determinante para a afirmação de um modo de vida, bem como sua negação. A apropriação privada do produto do trabalho; a mercadorização da força de trabalho e a venalidade universal, encaminham o estranhamento como dístico da sociedade burguesa. O estranhamento transforma a atividade produtiva humana (o trabalho) em uma relação externa, distante, hostil e desoladora: é o trabalho estranhado.

Nas condições do trabalho estranhado, o trabalhador (indivíduo que trabalha) não se reconhece nem no produto do seu trabalho e nem no processo da produção (MARX, 2009). Isso ocorre porque sua objetivação não pertence mais a ele, mas a um outro, um proprietário privado de meios de produção. O trabalho estranhado torna o trabalhador mais pobre na medida em que produz mais riquezas, torna-se mais poderoso que o próprio trabalhador e o submete; torna o trabalhador um ser desvalorizado na

medida em que valoriza os produtos do trabalho (MARX, 2009), implicando que o objeto produzido se impõe como um poder estranho e independente do trabalhador.

A objetivação, elemento de humanização do mundo natural, expressão da superação, pelo ser humano, das determinações naturais possibilitada pelo trabalho, reverte-se, na sociedade burguesa, em desumanização do trabalhador, tornando-se estranha e causando a perda do objeto, do produto do trabalho. Assim, quanto mais o trabalhador exaure suas forças a trabalhar, mais poderoso se torna, ante ele, o mundo das coisas. Decorre disso, em grande medida, profunda pobreza subjetiva. Quanto mais intensamente entrega-se o trabalhador a jornadas de trabalho menos que humanas, maior sua pobreza subjetiva, pois seu tempo de não trabalho não é utilizado para o enriquecimento interior, ao contrário, esse tempo serve tão somente para a reprodução física de suas faculdades produtivas (MARX, 2009).

Sem vida interior, o indivíduo pertence menos a si mesmo. Quando põe sua vida na produção do objeto que não lhe pertence, o trabalhador perde não só a posse do produto do seu trabalho, mas também perde sua vida interior. Quanto maior e mais longa sua atividade, mais estranho e poderoso é o objeto, quanto mais produtiva a atividade humana, maior a subsunção ao objeto. Qualquer apropriação do trabalhador em relação ao mundo externo, no contexto da sociedade burguesa, é uma apropriação de estranhamento (MARX, 2009).

O resultado disso é a redução do indivíduo às suas funções mais instintivas. Pelo trabalho o indivíduo ascende à sua humanidade, mas, no trabalho estranhado, em que o trabalhador não se reconhece, não há autorrealização e sim uma apropriação estranhada do mundo. O trabalhador é alheio, antissocial, apolítico e o sentido de sua vida restringe-se à satisfação imediata dos instintos mais básicos (comer, beber, procriar), apropriados também de forma estranhada.

Nisso reside um elemento fundamental: o ser humano, como ser genérico, só se confirma na sua vida social real. Como indivíduo, só existe efetivamente no interior de determinadas relações sócio-históricas. Suas potencialidades individuais só se podem desenvolver livremente se estiverem emancipadas. O indivíduo estranhado tem seus sentidos, seu intelecto, sua consciência, enfim, como potenciais estranhados. O sentido humano para a arte só pode se desenvolver se a arte estiver presente socialmente. “O homem não se perde de seu objeto se este lhe vem a ser como objeto *humano* ou como homem objetivo” (MARX, 2009, p. 109. Grifo do autor).

A afirmação do indivíduo como ser genérico se efetiva pelo pensamento em unidade com a ação, porém, são os sentidos que alimentam pensamento e ação. Os sentidos do mundo objetivo são, para o ser humano, a riqueza da sensibilidade, de sua subjetividade. O famoso trecho sobre os sentidos dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* é longo, mas não pode deixar de ser apresentado:

Assim como a música desperta primeiramente o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem *nenhum* sentido, é nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas forças essenciais, portanto só pode ser para mim da maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim [...] vai precisamente tão longe quanto vai *meu* sentido, por causa disso é que os *sentidos* do homem social são outros que não os do não social; [é] apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruições humanas todas se tornam *sentidos* capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas*, em parte recém cultivados, em parte recém engendrados (MARX, 2009, p 110. Grifos do autor).

A fruição de todos os sentidos humanos só pode realizar-se pela existência do objeto humanizado dos sentidos, posto que estes não existam



sem aqueles. Mas o objeto que está diante do indivíduo na sociedade burguesa é estranhado: humanizado pelo trabalho, mas desumano pelas relações capitalistas de produção. O indivíduo cujos sentidos não foram tocados pelas objetivações mais humanamente belas não poderá ter delas mais que uma percepção pragmática, utilitarista e sem qualquer atenção à forma. A representação da arte (em particular, para nós, a literatura), deve tornar os sentidos em sentidos humanos, mas isso demanda que eles sejam reordenados, recriados como sentidos que correspondam à imensidão da riqueza humana e natural (MARX, 2009). O indivíduo estranhado, assolado pela pobreza ou pela mercadorização da vida, não difere seus instintos dos outros animais. Não tem olhos para a beleza das formas; ouvidos para a música ou vida interior para a literatura.

A questão importante a ser pontuada aqui é que, ao imprimir à produção um caráter desumano, a sociedade burguesa imprime à formação humana um desenvolvimento deformado. O estranhamento do ser humano em relação à produção, ao processo da produção, à natureza e aos demais indivíduos encaminha mais do que uma divisão injusta do trabalho, encaminha relações sociais marcadas pela universalização da venalidade, do lucro, do descartável, do vazio existencial. A produção material da vida, sob o capitalismo, dá o tom para a produção intelectual (MARX e ENGELS, 2010). A sociedade burguesa demanda uma forma de literatura que corresponda à parcialidade do estranhamento e, com isto, dá também à luz uma literatura denunciadora desse mesmo estranhamento, que são os textos distópicos.

### ***Terceira parte: Literatura, Decadência Ideológica e Estranhamento em Lukács***

Um elemento importante presente no texto distópico e que tem uma relação indelével com o estranhamento é a abordagem da decadência ideológica. Para Lukács (2016), essa questão torna-se evidente a partir do

momento em que a burguesia, que se apresentou como classe revolucionária no período que marcou a emancipação política em relação à sociedade feudal, dá uma guinada conservadora, postulando a manutenção das relações sociais baseadas na oposição entre capital e trabalho. A partir de sua efetivação como classe dominante nas instâncias da produção e do comando político da sociedade, a produção ideológica burguesa passa a justificar e naturalizar as relações sociais capitalistas:

Os ideólogos mais antigos deram uma resposta honesta e científica, ainda que incompleta e contraditória, ao passo que a decadência escapa covardemente de articular em voz alta o que existe e mascara essa fuga como “cientificidade objetiva” ou como matéria interessante de cunho romântico (LUKÁCS, 2016, p 111).

A questão do estranhamento se faz presente quando Lukács (2016) constata que reside na divisão social do trabalho o cerne da decadência ideológica. Faz isso a partir dos dois aspectos dessa divisão: a separação entre campo e cidade e a separação entre trabalho físico e trabalho intelectual. Em relação ao primeiro, a separação consistiu em transformar a renda da terra em produção de valor. Na expressão de Marx e Engels:

É a expressão mais crassa da subsunção dos indivíduos à divisão do trabalho, a uma atividade determinada, a ele imposta – uma subsunção que transforma uns em limitados animais urbanos, outros em limitados animais rurais e que diariamente reproduz a oposição entre os interesses de ambos (MARX e ENGELS, 2007, p. 52).

A extrema violência com que se efetiva essa separação entre campo e cidade é descrita por Marx (2013) como um processo de expropriação dos proprietários rurais, criminalização desses expropriados e exploração extrema de sua força de trabalho nas indústrias das cidades. Isso resulta na formação do proletariado urbano. Em certa medida, a divisão do trabalho e a

exploração do mais valor resultam, como observam Silva e Da Mata (2018), da assim chamada acumulação primitiva.

Para Lukács (2016), no entanto, a divisão do trabalho entre físico e intelectual é mais decisiva para a discussão da decadência ideológica. Essa divisão limita o indivíduo, confina-o, isola-o não só em relação ao trabalho propriamente dito, mas também em relação à universalidade das relações sociais. A essência do estranhamento reside na divisão do trabalho em físico e intelectual. Parafraseando Marx e Engels (2007), transforma os primeiros em limitados animais de tração e os outros em limitados animais pensantes. A questão principal está na especialização acentuada do trabalho, que cria peritos focados fundamentalmente em diminutos campos específicos, em especial, o trabalho intelectual. “Esse desenvolvimento diferencia o trabalho intelectual em diversos campos isolados, que mantêm interesses materiais e intelectuais específicos concorrentes entre si e, de modo correspondente, formam um gênero particular de especialistas” (LUKÁCS, 2016, p. 111).

O especialista intelectual, como ideólogo profissional, expressa perfeitamente a decadência da ideologia burguesa, pois é sua função apologética a justificação da ordem social como algo natural e imanente ao ser humano. É a apologética do ideário particular de uma classe transformado em universal para a sociedade toda. Mas o especialista intelectual exerce ainda a função de dirigir, refletir e influenciar o imaginário dos indivíduos a fim de tornar aceitável aquilo que, em uma sociedade verdadeiramente humana, seria inaceitável: a exploração, a violência, a desigualdade e a transformação dos seres humanos em mercadorias produtoras de mercadorias.

A divisão do trabalho é a própria expressão do estranhamento, pois submete a todos, inclusive a classe que domina os meios de produção e de difusão ideológica. À época do livro *1984*, o estranhamento era também um traço da produção industrial e da produção ideológica por detrás da cortina de ferro. A divisão do trabalho em intelectual e físico, embora aprofundado

pela sociedade capitalista, não é um traço exclusivo. Essa divisão penetra a alma dos indivíduos, deformando-a em suas expressões espirituais, inclusive a literatura:

A submissão passiva aos efeitos da divisão do trabalho, a aceitação incontestada dessas deformações psíquicas e morais, bem como até seu aprofundamento e embelezamento pelos pensadores e escritores decadentes constituem um dos mais importantes traços do período da decadência (LUKÁCS, 2016, p. 112).

Nos concentramos em entender como a divisão capitalista do trabalho penetra e deforma a consciência do indivíduo singular, muito embora se possa extrapolar essa questão também para o objeto direto da crítica de Orwell (2015). Ao oferecer uma aparente autonomia das diferentes áreas de conhecimento (por exemplo, a Sociologia, a Psicologia, entre outras ciências criadas para tentarem ser autônomas em relação à economia), a decadência ideológica entrega também a fragmentação do saber, a unilateralização do desenvolvimento humano, a deformação dos sentidos e uma concepção parcial da realidade. Esse processo se efetiva como uma dominação da consciência humana. A aparente autonomia em relação à economia, ou seja, em relação à organização das forças produtivas, à vida material, fixa a superficialidade da vida, causando uma separação ideal entre teoria e prática, “produz também, nos homens que capitulam diante da vida capitalista sem oferecer resistência, uma cisão entre o entendimento do mundo e o mundo dos sentimentos” (LUKÁCS, 2016, p. 116).

Outro ponto a ser considerado é o modo como o indivíduo se coloca diante das relações sociais burguesas. Ao ver-se como uma múnada, como uma pequena parte desconectada do todo, como diferente e substancialmente divergente em relação ao conjunto da sociedade, o indivíduo se torna cativo de relações sociais repressoras, estranhas, nas quais não se reconhece e às quais não quer conhecer. O reflexo da sociedade na mente do indivíduo é distorcido, fenomênico e assustador: “A sociedade aparece como uma

potência mítica, incompreensível, cuja objetividade fatalista, despida de toda humanidade, confronta-se com o indivíduo de modo ameaçador e incompreendido” (LUKÁCS, 2016, p. 116).

A esse opressor estranhamento soma-se ainda uma formação humana voltada ao pragmatismo, à técnica cuja função é resolver os problemas imediatos; some-se, ademais, relações interpessoais cujas prioridades concentram-se na existência imediata, na satisfação instintiva de carências físicas (comer, copular, beber, dormir) de modo estranhado. A decadência ideológica transforma o ser humano, material e espiritualmente, em um ser desprovido de percepção do mundo para além da imediaticidade do fenômeno. A esse absoluto deserto sensorial é que a vida do indivíduo parece transcorrer “fora da sociedade mitizada” (LUKÁCS, 2016, p. 116).

Apresenta-se, aqui, uma contradição importante: ao mesmo tempo em que o indivíduo é único e singular, é histórico e social. Essa contradição está presente em cada indivíduo, qualquer que seja sua classe social e é um dos determinantes para sua concepção de mundo, para seu modo de entender e se posicionar diante das relações sociais. A parcialidade das percepções, a superficialidade do entendimento, o deserto sensorial (LUKÁCS, 2016), dísticos do indivíduo moderno (seja ele soviético ou burguês ocidental), se não se expressa claramente no trabalho físico, apresenta-se de modo inequívoco na produção ideológica, cujos especialistas intelectuais, independente da classe da qual provêm, estão em relação complexa com a sociedade moderna, porque somente na superfície ela demonstra legalidade, estabilidade e liberdade. O ideólogo, independentemente de sua origem, se encontra isolado em sua especialidade, ao passo que o desenvolvimento social é uma unidade viva e dinâmica de contradições (LUKÁCS, 2016). Uma abordagem marxista dessa questão deve levar em consideração que a contradição não se encontra somente na relação entre burguesia e proletariado, mas também no interior de cada uma dessas classes sociais.

Para a burguesia, a contradição interna apresenta-se, fugidamente, na política, na mídia e, em especial, na literatura.

A questão aqui é que a contradição não pode ser extinta, embora seja negada superficialmente ou soluções idealizadas e irreais sejam apresentadas, pelas instâncias de divulgação ideológica capitalistas (ou, numa terminologia “orwelliana”, as teletelas). Nesse caso, a arte e a literatura, para Lukács (2016), ocupam lugar relativamente privilegiado, uma vez que, nelas, as contradições podem ser expostas, bem como podem atingir o espírito dos indivíduos. Embora o período da decadência ideológica seja desfavorável também para a arte e a literatura, há espaços a serem ocupados. No caso da literatura, o fato de ocupar-se da representação de indivíduos fictícios, abre possibilidades de impactar a vida de indivíduos reais.

A literatura é, no plano imediato, a representação de homens singulares e destinos singulares, que tocam as relações sociais de sua época somente em última análise e, em especial, não precisam necessariamente estar em conexão direta com o antagonismo “burguesia-proletariado” (LUKÁCS, 2016, p. 124).

Mas isso não significa a redução da literatura ao indivíduo isolado. Isso seria um reducionismo sem sentido. Quanto mais se avança no conhecimento da realidade, maiores serão as possibilidades de que o indivíduo singular esteja ideológica e literalmente envolvido por relações sociais que refletem os problemas centrais da vida na sociedade burguesa. São as contradições internas do indivíduo burguês que constituem o objeto do escritor realista.

Imediatamente, as personagens podem parecer singulares e isoladas, mas, inevitavelmente, as contradições fundamentais refletem-se nelas. O conhecimento da sociedade dá ao escritor grande espaço criativo justamente em meio às contradições do indivíduo burguês. Para Lukács (2016), este é um elemento decisivo para a literatura como instrumento ideológico. O escritor realista, ainda que oriundo da classe burguesa, encontra uma saída individual

para o rompimento com sua origem ao descortinar as contradições da decadência ideológica.

Isso leva a considerar o modo pelo qual a obra literária se constituiu na sociedade capitalista e no interior da decadência ideológica. Em outro texto, Lukács (1999) esclarece que, embora existam obras, escritas em períodos anteriores, semelhantes ao romance, ele só ganha suas características típicas na sociedade burguesa. Embora criação burguesa em seu período revolucionário, o romance só se estabelece definitivamente como forma de expressão dessa consciência na literatura com a decadência ideológica (LUKÁCS, 1999; 2016). É que o romance apresenta um elemento que só aparece no cenário histórico com a própria burguesia: o indivíduo emancipado politicamente das relações feudais.

As contradições desse indivíduo já foram exploradas anteriormente, aqui cabe ressaltar que o romance aponta para a vida prosaica, própria da época moderna e que se dá a partir do inevitável desaparecimento tanto da atividade espontânea quanto da ligação imediata do indivíduo com a sociedade, o homem moderno separa o que é de interesse pessoal e o que é de interesse da totalidade, está em contradição entre a singularidade e a universalidade. Ele responde apenas pelo seu próprio agir e o que ele faz com suas forças diz respeito apenas a ele mesmo (LUKÁCS, 1999).

A contradição entre a vida privada e a pública foi objeto de reflexões tanto do idealismo alemão, fundamentalmente com Hegel (2008), bem como por Marx e Engels (2007; 2009; 2013) e, de certo modo, do próprio Lukács (1967) quando apresenta suas preocupações com uma Estética marxiana e a categoria da particularidade. A questão é que a emancipação política se constituiu como um avanço para a humanidade, conforme Da Mata (2012), Netto (2012) e Hobsbawm (2007), retirando o indivíduo do cativeiro das relações feudais; imprimindo a liberdade individual; desatando os nós aristocráticos que atavam as relações sociais; superando as carências de alimento pela produção industrial; criando a possibilidade de eliminação da

pobreza pela primeira vez na história; desenvolvendo tecnologias que trouxeram potencialidades até então inimagináveis para a humanidade. Contudo, ela também criou o maior abismo entre a extrema riqueza e a extrema pobreza.

Embora tenha havido avanços, a emancipação política também acentuou a desigualdade social e aprofundou o isolamento do indivíduo. Para Chagas (2012), a sociedade moderna cria as condições para a emancipação do indivíduo, entretanto, nas condições do capitalismo, essa emancipação direciona para uma condição estranhada, na qual o indivíduo não se reconhece no outro: “nas condições objetivas da sociedade moderna capitalista, o indivíduo aparece, todavia, como singularidade negativa (inimigo, estranho, hostil, competidor), como unidade negativa, como mera unidade ou parte deslocada do conjunto” (CHAGAS, 2012, p. 18).

No caso das distopias, a questão da emancipação política, tanto quanto o estranhamento, também é fundamental, pois só se pode imaginar uma sociedade na qual as liberdades individuais são tolhidas a partir do conhecimento daquilo que se espera que seja o ideal de liberdade em uma sociedade. Esse ideal foi primeiramente apresentado pela burguesia em sua fase revolucionária.

### ***Considerações Finais***

É sabido que a obra *1984* foi escrita por Orwell como uma expressão de seu desencanto pelo comunismo soviético (particularmente sua fase Stalinista), constituindo, assim, o objeto direto da crítica do autor. No entanto, os elementos contidos no texto não se reduzem ao modelo soviético. Um regime social totalitário, indivíduos estranhados, vazios de vida interior, vivendo a partir de uma disciplina austera e sofrendo os revezes severos em caso de dissidência, com punições violentas, embora revele muito sobre o modelo Stalinista, revela ainda mais (como objeto indireto da crítica do autor)



sobre como funcionam os regimes claramente totalitários (como o nazi-fascismo), mas também as assim chamadas democracias, que veladamente apresentam todos os elementos de um totalitarismo não declarado oficialmente, mas efetivado através da violência oficial do Estado burguês. A obra de Orwell (2015) foi além da crítica que o autor dirigiu primeiramente, atingindo a sociedade burguesa como um todo e produzindo um impacto social significativo, cujas ondas de choque ainda hoje podem ser sentidas.

Pensar o impacto social e a contribuição da distopia, como obra literária, ao pensamento crítico, requer o entendimento de que ela (a distopia) não é uma criação autônoma. Seu desenvolvimento, sua relevância e seu impacto social são dependentes das relações de produção capitalistas. Em *1984*, o trabalho burocrático está envolvido em uma aura de especialização que remete à burocracia burguesa, à divisão do trabalho e ao estranhamento. Em uma sociedade cuja classe dominante busca a supressão das contradições sociais através do falseamento da história, Orwell (2015) demonstra que o poder material é também o poder sobre o pensamento e a consciência.

O pressuposto da obra distópica, em especial *1984*, são as relações sociais de desigualdade, estranhadas e desumanizadoras. O desencanto e a desesperança levados ao seu mais extremo limite, possibilitou ao autor a criação de um mundo embrutecido, de relações sociais violentas e de uma repressão absoluta e onipresente pela vigilância, pelo policiamento ideológico e pela constante presença do “Grande Irmão”. A imagem do futuro como uma bota eternamente prensando o rosto (Orwell, 2015) é um alerta contra os regimes declaradamente absolutistas e é também um protesto contra uma falsa democracia que apresenta a sociedade como a expressão final da liberdade humana, mas que aprisiona na exploração, no esvaziamento da vida e na repressão violenta contra qualquer manifestação de protesto contra a incivilidade.

O estranhamento é ainda aparente no desenvolvimento do texto de Orwell (2015) quando a “reformatação” do indivíduo que se rebela o torna novamente um servo do regime totalitário. Não somente o corpo torturado e explorado, mas a mente dominada e a vontade dobrada são a própria expressão do não reconhecimento do outro, portanto, passível de violência na medida em que não corresponde àquilo que se espera dele socialmente. A dissolução do indivíduo, sua condição de mônada, ser isolado e hostil, é a mais espúria e degradante expressão dos limites do estranhamento.

O texto distópico revela, a partir da narração, a intensificação do apoliticismo, do distanciamento do indivíduo em relação a sua comunidade, do aprofundamento da vida vazia de sentido. Ao universalizar as relações estranhadas, o texto distópico mostra o trabalhador como um indivíduo que executa tarefas vazias e sem sentido, para quem a autorrealização é algo que não se apresenta no horizonte. Mais ainda, o indivíduo representado pela distopia é antissocial porque não se reconhece como ser genérico.

A ausência compulsória de vida interior é um dos elementos fundamentais do texto de Orwell (2015). Para o indivíduo retratado em *1984*, sentidos, intelecto, corpo e consciência são potenciais estranhados e submetidos à constante vigilância das “Teletelas”, da “Policia das Ideias” e do “Grande Irmão”. O objeto da humanização, ou seja, o objeto dos sentidos, do intelecto, do corpo e da consciência não são objetos humanizados na distopia, mas objetos embrutecidos. O vazio existencial é uma condição para o funcionamento pleno de uma sociedade estagnada e desigual, imobilizada e inerte em termos criativos.

Isso se dá porque na obra distópica os objetos dos sentidos, do intelecto, do corpo e da consciência não são humanizados, tornando-se em objetos utilitários, pragmatistas, correspondendo e reforçando sentidos que não reconhecem a riqueza humana, mas unicamente o imediato. Tanto para o objeto direto da crítica de Orwell (2015), quanto para o indireto, a questão do

vazio existencial se apresenta como condição extrema das sociedades nas quais a vida carece de liberdade plena.

Há, portanto, na distopia, uma reflexão sobre a deformação do ser humano. A construção do caráter, em uma sociedade baseada produção estranhada, baseia-se na imposição de uma divisão do trabalho tão especializada que o torna vazio de sentido humano, em um mero executar de tarefas rotineiras, repetitivas, sem conteúdo e absolutamente incapaz de exigir dos indivíduos reflexão crítica, apreciação estética ou relações significativas com outros indivíduos. Nesse sentido, o texto de Orwell (2015) não é somente uma denúncia realista da miséria humana sob os regimes ditatoriais (comunista ou nazi-fascista), mas um alerta em altos brados contra a miséria humana em uma sociedade na qual o estranhamento constitui e produz a individualidade. É um alerta para a nossa própria sociedade. O texto trata de uma organização social que, para garantir sua permanência, bem como a permanência dos interesses da classe dominante, impõe uma formação humana deformada.

Em sua produção ideológica (e, portanto, também na literatura) a democracia burguesa encaminha a justificação, naturalização e conservação do esvaziamento da vida como se fosse a liberdade do indivíduo. Para Lukács (2016), a divisão do trabalho assenta a posição do ideólogo profissional, materializando a apologética do ideário de uma classe particular como algo insuperável e garantido pelas instâncias de difusão ideológicas. O texto distópico é uma denúncia dessa apologética. O esforço que a sociedade distópica, retratada em *1984*, depende para eliminar e/ou realinhar as contradições, falsear e recontar a histórica, expõe o papel de imposição de um ideário oficial, contra o qual não pode haver dissensões.

Finalizando essas reflexões, destacamos as distopias como obras literárias que buscam denunciar e desnudar as deformações de uma sociedade que se tornou desumana e irracional. Ao estender ao futuro não tão distante o aprofundamento da decadência, da deformação humana, do

estranhamento, a obra distópica demonstra os nefastos efeitos da apologética ideológica da conservação da sociedade, do falseamento da história, da violência e da dissolução do indivíduo. Em 1984, a proibição, criminalização e punição para toda e qualquer manifestação individual não concordante com a ordem ascética estabelecida é um traço marcante. Não se lamenta romanticamente a perda da universalidade, mas exercita-se o olhar em relação aos extremos efeitos da especialização sobre a consciência dos indivíduos, denunciando sua brutalização, sua deformação e o conformismo compulsório. O texto distópico fala de nós, da nossa sociedade vigiada, da liberdade cerceada e da individualidade suprimida e derrotada pelo individualismo mais vazio e estranhado.

### **Referências**

CHAGAS, Eduardo F. O Indivíduo na Teoria de Marx. In: CHAGAS, Eduardo F. Et Alli. **Indivíduo e Educação na Crise do Capitalismo**. Fortaleza: Edições UFC, 2012, pp. 17-37.

DA MATA, Vilson A. Emancipação e Educação no Capitalismo em Crise: a conservação do aprisionamento na aparência de liberdade. In: CHAGAS, Eduardo F. Et Alli. **Indivíduo e Educação na Crise do Capitalismo**. Fortaleza: Edições UFC, 2012, pp. 71-86.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora da UNESP: Boitempo, 1997.

HEGEL, G. W. F. **Fenomeologia do Espírito**. Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes/Editora Universitária São Francisco, 2008.

HOBBSAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

LUKÁCS, György. **Estética: Categorias Básicas I elo Estético**. Barcelona/México D. F.: Ediciones Grijalbo, 1967.

LUKÁCS, György. **O Romance como Epopeia Burguesa**. Ad Hominem I, Tomo II – Música e Literatura. São Paulo:1999.

LUKÁCS, György. Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Cultura, Arte e Literatura**. Tradução de

José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 11 a 38.

LUKÁCS, György. **Marx e Engels como Historiadores da Literatura**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), jan./jun. p. 202-222, 2012.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Graziela L. R. da e DA MATA, Vilson A. da. **Bullying como expressão da incivilidade e barbarização das relações sociais sob a lógica do capital**. No Prelo. 2018.